Processo n.º 265/2006

(Recurso Crime)

Data: 21/Setembro/2006

ASSUNTOS:

- Crime de detenção de arma branca ou outro instrumento
- Legítima defesa
- Crime de ofensa grave à integridade física agravada pelo resultado
- Ofensa qualificada à integridade física
- Crime preterintencional

SUMÁRIO:

1. Tem-se por adequado estabelecer um equilíbrio entre o que seja a justificação da posse e não justificação da posse de um objecto que sirva para cometer uma agressão, sob pena de se ter de entender que toda a agressão cometida com qualquer objecto integra o aludido crime, sendo certo que todo o objecto, em princípio, está afecto a uma dada finalidade que deixa de ter quando utilizado numa agressão.

2. Deve-se ter por justificada a posse de objectos utilizados nas agressões, tais como copos, garrafas e cinzeiros, que, embora não sendo propriedade dos arguidos, estavam legitimamente na sua posse e por eles estavam a ser utilizados pelos arguidos enquanto permanecessem no estabelecimento de diversão em que se encontravam.

3. Não se deve ter como legítima defesa uma situação em que os arguidos de um e outro grupo não se limitaram a sustentar a agressão, mas uns e outros agrediram manifestamente o adversário, arremessando copos, garrafas, cinzeiros e outros objectos que se encontraram à mão.

4. Deve-se ter por altamente censurável a conduta do arguido que dá pontapés à vítima, prostrada no chão, tendo já sofrido vários ferimentos causados por um outro arguido e dos quais irá resultar a morte, devendo integrar-se tal conduta na previsão de um crime de ofensa qualificada à integridade física em circunstâncias que revelam especial censurabilidade p. e p. pelo art. 140º do CP.

5. Se o arguido agrediu a vítima, com uma faca, de forma reiterada e em zonas corporais vitais, perseguindo-o com esse intuito, deve saber que pratica uma acção especialmente perigosa, tendo o dever de

representar que, de tal conduta, pode resultar um evento mais grave e, nomeadamente, a morte da vítima.

O Relator,

João A. G. Gil de Oliveira

Processo n.º 265/2006

(Recurso Penal)

Data: 21/Setembro/2006

Recorrentes:

A

B

C

D

Objecto do Recurso: Acórdão condenatório da 1ª Instância

**ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA
INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:**

I – RELATÓRIO

Os arguidos **D**, **A**, **B** e **C** vieram interpor recurso do douto acórdão que os condenou, em cúmulo jurídico, respectivamente, nas penas de 1 ano e 9 meses de prisão, 18 anos e 6 meses de prisão, 7 anos de prisão e, o último, na pena de 2 anos e 3 meses de prisão.

A e B motivam o seu recurso, concluindo da seguinte forma:

Pratos e copos de vidro, garrafas de vinho, cinzeiros e recipientes de dados

não podem ser considerados armas brancas;

Pelo menos, não se pode dizer que os arguidos, à data e no local dos factos, detinham ou traziam consigo esses instrumentos, pois tal não sucedeu e com tal não foi, nem podia ser apurado;

Atendendo às circunstâncias do caso concreto, os arguidos arremessaram aqueles aparelhos para se defenderem ou por fim a uma agressão actual, séria e real de que estavam a ser vítimas;

Quanto ao crime de detenção e utilização da faca, atendendo à moldura penal e demais circunstâncias que rodearam o caso, melhor teria sido aplicada aos arguidos uma pena de seis meses de prisão, substituída por igual número de dias de multa;

Quanto ao crime de ofensa grave a integridade física, com referência a "provocar-lhe perigo para a vida", tem de atender-se ao desenlace final em concreto, ou seja, as repercussões que da ofensa resultaram em concreto para o ofendido;

No caso em apreço, provar-se apenas que os arguidos picaram o ofendido com uma faca nas costas e que o puxaram para baixo da rede, deixando-o caído no chão e foram-se embora, não é suficiente para fazer intervir aquela determinação "provocar-lhe perigo para a vida";

*Cai-se, assim, no âmbito do crime de ofensa simples à integridade física, que carece da apresentação de queixa-crime, no prazo de seis meses, sob pena de **o MP** não ter legitimidade para promover o inquérito e acusar;*

Em qualquer circunstância, acreditamos que uma pena de seis meses de prisão, substituída por igual número de dias de multa seria a mais adequada;

Além disso, o tribunal pode dispensar de pena quando o agente tiver unicamente exercido retorsão sobre o agressor;

A conduta do arguido, a proceder ao crime de ofensa grave a integridade física, com referencia a "provocar-lhe perigo para a vida", merece uma pena de prisão não superior a dois anos de prisão;

Quanto ao crime de ofensa grave a integridade física, agravado pelo resultado, é necessário averiguar em concreto se a ofensa corporal provocou perigo para a vida do ofendido e foi causa de morte, através dos registos clínicos e do relatório da autópsia, na busca do nexó de causalidade entre a acção, intenção do agente, dano no corpo da vítima e entre aqueles e o advento da morte;

Necessário seria fazer a imputação desse resultado à acção e intenção do agente;

A não se cair na ofensa grave à integridade física simples, sem agravação pelo resultado, cremos que a pena de cinco anos seria a sanção mais correcta, atendendo às circunstâncias que rodearam toda a sucessão de factos;

*Quanto ao cúmulo jurídico, a atender-se às penas parcelares da douta decisão em recurso, em relação ao arguido **A** não deverá ser superior a 15 anos de prisão, e em relação ao arguido **B** não deverá ser superior a 6 anos de prisão;*

A serem aceites as penas parcelares propostas pelos arguidos, e feito o

cúmulo jurídico, em relação ao arguido A não deverá ser superior a 5 anos, e em relação ao arguido B não deverá ser superior a 7 meses de prisão;

O julgador deve dar preferência às penas de multa;

Ou outra pena cuja execução seja suspensa na sua execução;

Consideram-se violadas, entre outras as seguintes normas jurídicas artigos 30 e 31, 48, 71, n.ºs 1, 2 e 3, 107, n.º 1, 137, n.ºs. 1, 2 e 3, al. a) e b), 138, al. b), 139, n.º 1, b), e 262, n.º 3, todos do CP

A interpretação e aplicação das normas atrás mencionadas deveria ter sido de acordo com as conclusões de 1 a 17.

Nestes termos pedem que seja dado provimento aos presentes recursos, proferindo-se acórdão a anular o julgamento e conseqüentemente o acórdão recorrido, ou, levando em consideração as motivações dos recursos, decidir em conformidade com as conclusões.

C motiva o recurso, em síntese:

A decisão recorrida mostra-se ferida pelo vício da insuficiência para a decisão da matéria de facto provada quanto ao crime de ofensas corporais agravadas pelo resultado e por erro de direito no enquadramento jurídico dos factos, quer no que respeita ao aludido crime quer no que respeita ao crime de detenção de arma ou outro instrumento.

Mostra-se inverificado o crime de detenção de arma branca ou outro instrumento, com fundamento na justificação da posse do instrumento (não exactamente apurado) de que se muniu para responder a um ataque de que (juntamente com outros), foi vítima.

Mostra-se inverificado o crime de ofensas corporais qualificadas pelo resultado, com fundamento na ausência do nexo de causalidade entre o facto por si praticado - um pontapé na cabeça da infeliz vítima E, quando este se encontrava já moribundo - e o resultado morte.

O recorrente, juntamente com outros, muniu-se de um instrumentos não especificado entre «copos de vidro, garrafas de vidro, cinzeiros e recipientes de dados») para contra-atacar, isto é, responder a um ataque iminente e já em início de execução desencadeado por outro grupo de indivíduos, os quais utilizaram, no primitivo ataque, instrumentos idênticos.

Não se podia, em consequência, dar por provada a prática, pelo arguido ora recorrente, do crime de detenção de arma previsto no art. 262º, n.º 3 do C. Penal, na medida em que tal crime impõe, como resulta expressamente do preceito incriminador, a não justificação da posse.

As circunstâncias em que se deu a utilização do instrumento pelo recorrente fazem excluir a ilicitude da sua conduta quer com fundamento na legítima defesa quer no direito de necessidade, crime do qual deverá, conformidade, ser absolvido por essa instância superior.

Nos «crimes preterintencionais em que o resultado excede a intenção do

agente» tem sempre de existir um nexo de causalidade entre o facto do agente e o resultado-morte, sendo que, no caso dos autos, a morte não constituiu expressão de um perigo específico criado pelo recorrente, inexistindo nexo causal entre o facto e o resultado, fundamento da agravação.

Sem causalidade adequada entre o facto integrado r do crime de ofensas corporais voluntária simples - um pontapé na cabeça da infeliz vítima E, quando este se encontrava já moribundo (ou mesmo morto) e o resultado morte, não há possibilidade de referir o resultado ao facto, por inexistência da necessária causalidade adequada entre um e outro.

Verifica-se, no caso, uma total quebra de um nexo causal entre o comportamento do agente e a morte da infeliz vítima, a qual fora, antes, esfaqueada no abdómen, várias vezes, pelo arguido A, e acabaria, sempre, por morrer, em consequência das lesões resultantes daquele esfaqueamento, conforme resulta inequivocamente do relatório de autópsia de fls. 445/450.

Para além da falta do nexo de causalidade, há que concluir igualmente no sentido de que, actuando embora dolosamente quanto ao acto praticado sobre a vítima (ou sobre o corpo da vítima), não agiu o recorrente com dolo (ainda que eventual) em relação ao perigo para a vida.

Dada a natureza semi-pública do crime de ofensas corporais simples, e a ausência de queixa de quem pudesse legalmente representar a infeliz vítima, deverá a absolvição do recorrente ser total, por falta de legitimidade do MP para proceder criminalmente contra o recorrente pelo aludido crime.

O tribunal recorrido violou, nomeadamente, as normas dos artigos 137.º, n.º 1 e 139.º, n.º 1, alínea a) e 262.º, n.º 3, por ter procedido à sua aplicação num quadro que impunham a sua desaplicação.

Violou ainda as normas do art. 30.º, n.º 1 ou 33.º, alínea a) por as não ter aplicado num quadro que exigia a sua aplicação.

Pelo que pede seja dado provimento ao recurso, alterada a decisão recorrida e absolvido o arguido dos dois crimes por que foi condenado.

D alega nuclearmente:

Foi o recorrente condenado, como autor material, de um crime de "armas brancas ou outro instrumento", na pena de 6 meses de prisão; de um crime de ofensa simples à integridade física, na pena de 1 ano e 3 meses de prisão; e de um outro crime de "armas brancas ou outros instrumentos", na pena de 9 meses de prisão; feito o cúmulo jurídico, foi aplicada ao recorrente a pena única efectiva de 1 ano e 9 meses de prisão.

Contudo,

Ao exigir-se no crime de ofensa simples à integridade física o procedimento criminal dependente de queixa por parte do ofendido, está-se perante uma condição de procedibilidade, pois que, sem que ela se verifique, o M.P. carece de legitimidade para o exercício da acção penal

Não existe nos autos qualquer manifestação de vontade, inequívoca, de que o

ofendido C, tendo sido vítima de uma agressão, pretenda que em relação a esta agressão seja exercida a acção penal, encontrando-se já extinto o respectivo direito de queixa, nos termos do n.º 1, do art. 107º do C.P..

Mostram-se violadas, quanto a esta questão, as normas do n.º 2 do art. 137º e n.º 1 do art. 115º, ambas do C.P..

Por outro lado,

Referiu expressamente o acórdão recorrido, ao especificar os fundamentos da pena aplicada ao recorrente:

“O arguido é primário mas são graves as consequências do crime, sendo que o arguido conduziu um grupo de pessoas à participação numa rixa e esta rixa foi a causa destes factos e o dolo do arguido é elevado”

Ora, em parte alguma da acusação se imputa ao recorrente a liderança (ou a condução) de um grupo para uma rixa, sendo certo, aliás, que todos os arguidos foram absolvidos do crime de participação em rixa

Nunca poderia, pois, o recorrente ter sido condenado por um facto - o de conduzir ou liderar um grupo a uma rixa - sem que este facto constasse da acusação

Ainda,

Salvo o devido respeito, o recorrente nunca poderia ter sido condenado pelas "consequências graves do crime" quando a ofensa à integridade física perpetrada na pessoa do C, foi simples e teve como consequência apenas 7 dias de doença.

É nulo, pois, o acórdão recorrido, nos termos da al. b) do art. 360 do C.P.P., porque condenou o recorrente por factos não descritos na acusação.

Quando assim se não entenda, o que se admite sem conceder,

Não concorda o arguido recorrente, finalmente, com a não aplicabilidade, ao presente caso e no que a si diz respeito, do instituto da suspensão da execução da pena, matéria que é sindicável pelos tribunais superiores da R.A.E.M.

Entende o recorrente que, no caso em apreço e no que à sua conduta diz respeito, estão reunidas as condições para concluir que a simples censura do facto e a ameaça da prisão realizariam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição;

O recorrente é primário, não tendo quaisquer antecedentes criminais;

Confessou os crimes por que veio a ser condenado e contribuiu decisivamente para a descoberta da verdade na condenação dos demais arguidos;

Se bem que seja residente na R.P.C., é casado com uma cidadã da R.A.E.M e tem uma filha recentemente nascida;

É estudante universitário e não há razões para crer que volte a delinquir.

Está, pois, social e familiarmente inserido;

Face à personalidade do recorrente, à sua condição de vida, à sua conduta anterior e posterior, afigura-se adequada, razoável e aconselhável a suspensão da execução pena que lhe foi imposta.

Mostra-se violada, quanto a esta questão, ~ norma do art. 48º do C.P.

Termos em que deverá ser julgado procedente o presente recurso e, em consequência:

- Absolvido o recorrente do crime de ofensa simples à integridade física, por inexistência de queixa por parte do ofendido, **C**;
- Declarado nulo o acórdão na parte em que condenou o recorrente por factos não descritos na acusação; e

Quando assim se não entenda, o que se admite sem conceder, ser aplicado ao recorrente o regime de suspensão da execução da pena que lhe foi aplicada.

O Digno Magistrado do MP ofereceu **douta resposta** e que em parte se acata sustentando em síntese:

*1 - Apenas merece provimento parcial o recurso do arguido **D** relativamente ao crime de ofensas corporais simples, por inexistência de queixa.*

*2 - Também merece provimento parcial o recurso do arguido **A** relativamente à pena concreta de 14 anos de prisão que deverá ser fixada próxima do ponto médio da respectiva pena abstracta.*

3 - No mais, deve ser negado provimento ao recurso confirmando se o douto acórdão recorrido

O Exmo Senhor Procurador Adjunto emitiu o douto **parecer** seguinte:

1. Recursos dos arguidos A e B.

Os arguidos impugnam a condenação pelo crime referido no art. 262º, n.º 3, do C. Penal – punido com a pena de 6 meses de prisão.

E cremos que lhes assiste razão.

Provou-se que utilizaram “artigos tais como copos de vidro, garrafas de vidro, cinzeiros e recipientes de dados”, que se encontravam num compartimento do Karaoke onde se tinham deslocado.

Tais “artigos” não haviam sido transportados pelos recorrentes, estando a ser usados, nesse local, como objectos de consumo e divertimento.

O referido dispositivo exige, para a respectiva incriminação, a não justificação da posse.

Ora, no caso “sub judice”, tal posse não pode deixar de ter-se como justificada.

E é irrelevante, para o efeito, que os instrumentos em causa tenham sido utilizados, “in concreto”, para um fim ilícito e diverso daquele a que estavam destinados.

No sentido propugnado decidiu, já, este Tribunal (cfr. ac. de 19-5-2005, proc.

n.º 89/2005).

Os recorrentes pretendem, também, a redução e substituição por multa da pena imposta pelo outro ilícito previsto no mesmo normativo, traduzido na detenção de três facas.

Trata-se de uma pretensão infundada, como se evidencia na resposta do Mº Pº.

Os arguidos questionam, por outro lado, a condenação pelo tipo descrito no art. 138º, al. d), do citado C. Penal, bem como a pena que lhes foi aplicada pelo mesmo.

E, nesta parte, igualmente, acompanhamos as judiciosas considerações do nosso Exmo. Colega.

Quanto à qualificação, aliás, a perícia médico-legal de fls. 651 - traduzida a fls. 1632 e segs. - não deixa margem para dúvidas, ao consignar que "as feridas causam risco de vida, provocando grande prejuízo à integridade física da pessoa que (se) submete à perícia".

O arguido A insurge-se, ainda, contra a condenação pelo ilícito punido no art. 139º, n.º 1, al. b), do mesmo Diploma.

Na sua perspectiva, de facto, "necessário seria fazer a imputação desse resultado à acção e intenção do agente, o que parece não ter sido feito".

É uma perspectiva equivocada.

Quando à “acção”, resulta inequivocamente do relatório da autópsia de fls. 445 a 450 - traduzida a fls. 1623 e segs. - o nexó de causalidade entre a agressão perpetrada pelo mesmo e a morte da vítima.

Relativamente à "intenção", há que sublinhar que o resultado não foi imputado a título do dolo - mas, sim, de negligência.

E o segundo tipo-de-culpa não pode, "in casu", deixar de ter-se como adquirido.

*A ratio do crime preterintencional e do agravamento da pena que o mesmo implica radica, como é sabido, no "perigo normal, típico, quase se poderia dizer necessário, que, para certos bens jurídicos, está ligado à prática de certos crimes" (cfr. Eduardo Correia, *Direito Criminal*, I, 442 e 443).*

Quem comete determinados factos, na realidade, "deve saber que pratica acções especialmente perigosas e tem pois um particular dever de representar que, de tais condutas, pode resultar um evento mais grave e, nomeadamente, a morte de alguém" (cfr. loc. cit.).

No caso presente, o A agrediu a vítima, com uma faca, de forma reiterada e em zonas corporais vitais.

De acordo com o mencionado relatório, com efeito, foram encontradas no corpo do falecido 11 feridas incisas, 4 das das quais "mortíferas".

Nos termos do art. 14º, al. b), do C. Penal, "age com negligência quem, por não proceder com o cuidado a que, segundo as circunstâncias, está obrigado e de que

é capaz ... não chegar sequer a representar a possibilidade de realização de um facto que preenche um tipo de crime".

E, em conformidade com o anteriormente explanado, ocorreu, por parte do recorrente, a violação de um dever objectivo de cuidado que sobre ele impendia e que conduziu à produção do resultado típico.

É evidente, por seu turno, que essa produção era previsível, sendo certo que só a omissão desse dever obstou à sua previsão.

*A capacidade do recorrente para prever tal evento, por sua vez, não pode deixar de afirmar-se, tendo em conta o homem médio "pertencente à categoria intelectual e social e ao círculo de vida do agente" (cfr. Figueiredo Dias, *Ternas Básicos da Doutrina Penal*, pg. 354).*

A factualidade dada como assente aponta, assim, para a contestada qualificação jurídico-penal.

E, conforme se sabe; nada impede que este Tribunal, em sede de matéria de facto, lance mão das chamadas presunções naturais, ligadas a princípios de normalidade ou a regras gerais da experiência.

Ponto é, naturalmente, que as respectivas inferências ou conclusões se limitem a desenvolver essa matéria, não a alterando ou contrariando.

Como decidiu o Venerando Tribunal de Última Instância, "é lícito ao Tribunal de Segunda Instância, depois de fixada a matéria de facto, fazer a sua interpretação e esclarecimento, bem como extrair as ilações ou conclusões que

operem o desenvolvimento dos factos, desde que não os altere” (cfr. ac. de 31-10-2001, proc. n.º 13/2001).

O arguido discorda, subsidiariamente, da pena cominada pelo ilícito em apreço.

E, nessa parte, está-se perante uma crítica fundada, na esteira das explicações aduzidas na resposta à motivação.

O recorrentes atacam, finalmente, as penas únicas fixadas no douto acórdão.

Nesse âmbito, todavia, nos temos apontados, apenas deverão beneficiar da propugnada absolvição pelo crime do art. 262º, n.º 3 - punido com 6 meses de prisão - devendo o A, do mesmo passo, retirar o benefício emergente da mencionada redução da pena imposta pelo crime preterintencional.

2. Recurso do arguido C.

Concordamos, em termos essenciais, com a motivação do recurso.

No que tange ao crime do art. 262º, n.º 3, são aplicáveis, obviamente, as considerações tecidas no quadro dos recursos dos arguidos A e B.

Em relação ao crime de ofensas corporais, o recorrente incorre num lapso, ao reportar-se ao n.º 1, al. a), do art. 139º - e não ao subsequente n.º 2.

Esse lapso, no entanto, não altera, em nosso juízo, a bondade da sua crítica à decisão recorrida.

A imputação, a título negligente, de ofensa grave à integridade física, não tem,

realmente, o necessário apoio factual.

E à afirmação, constante do duto acórdão, que a actuação do recorrente fez “agravar” os ferimentos da vítima, falta, também, qualquer suporte fáctico.

Basta atentar, para tanto, no relatório da autópsia.

Jamais pode perder-se de vista, efectivamente, nos crimes preterintencionais, a necessidade da conexão causal entre a conduta e o evento agravante.

3. Recurso do arguido D.

No que concerne ao crime do art. 262º, n.º 3 - punido com a pena de 6 meses de prisão - são aplicáveis, de igual modo, as explanações feitas anteriormente.

No tocante ao crime do ofensa simples à integridade física, pelas razões aduzidas na motivação - secundadas pelo nosso Exmo Colega - o recorrente deve ser absolvido da instância.

Subsistindo, apenas, o crime do art. 262º, n.º 3 punido com 9 meses de prisão - coloca-se, com pertinência, a questão da pretendida suspensão da execução da pena.

E afigura-se-nos poder concluir-se que a simples censura do facto e a ameaça da prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.

O que vale por dizer que deve ter-se por verificado o pressuposto material exigido pelo art. 48º, n.º 1, do C. Penal.

E há que destacar, a propósito, em especial, o facto de o recorrente ser delinquente primário, não se vislumbrando razões de prevenção, geral ou especial,

que obstem à aplicação da pena de substituição em foco.

4. Arguidos não recorrentes.

Nos termos do art. 392º, n.º 2, al. a), do C. P. Penal, deverão aproveitar da posição assumida em relação ao crime do art. 262º, n.º 3 - punido com a pena de 6 meses de prisão - se a mesma vier a ser acolhida por este Tribunal.

5. Conclusão.

Deve, pelo exposto:

- a) ser concedido parcial provimento aos recursos dos arguidos **A e B**;*
- b) ser dado provimento aos recursos dos arguidos **C e D**; e*
- c) ser decretada a absolvição dos arguidos não recorrentes.*

Foram colhidos os vistos legais.

II – FACTOS

Respigam-se do acórdão recorrido por pertinentes os segmentos seguintes:

“(…)

Discutida a causa ficaram provados os seguintes factos:

Em 15 de Abril de 2005, por volta das 11h00 da noite, o arguido **C** combinou com

os arguidos A, B, F (“F” ou “F”), um indivíduo de sexo masculino de alcunha “G” ou “G” e **H** (“H”) para irem juntos ao Karaoke “XXX”, sito na Rua XXX da Zona “XXX” de Macau, para se divertirem.

Em 16 de Abril de 2005, pelas 3h00 de madrugada, **os arguidos C, A, B, F** (“F” ou “F”), o indivíduo de sexo masculino de alcunha “G” ou “G” e **H** (“H”) chegaram sucessivamente a um quarto do Karaoke “XXX” para se divertirem.

Durante o período entre as 5h30 e as 6h00 de madrugada, **o arguido I** chegou ao Karaoke “XXX” junto com **E**. Ao entrar na Sala 1, viram que estavam no quarto 6 homens e 3 mulheres, incluindo o arguido **A**, o arguido **B**, o arguido **C**, **F** (F ou F), um indivíduo de sexo masculino de alcunha “G” ou “G”, **H** (de alcunha “H”) (**J** já deixou ali) e três amigas dele – **L**, **M** e **N**, os quais estavam ali a divertir-se.

Como não queria que **E** ficasse ali com eles, **F** (de alcunha “F” ou “F”) disse a **E**: “nós não queremos jogar contigo, sai daqui!”.

Por isso, **E** saiu do quarto de imediato, e logo a seguir, fez uma chamada ao **arguido D**, exigindo-lhe dirigir-se ao Karaoke “XXX” imediatamente para “salvar” o arguido **I**.

Durante o período, **o arguido D** tirou do carro uma lanterna eléctrica de cor preta com 25cm de comprimento, e escondeu-o dentro da sua manga.

Às 6h27 de madrugada do mesmo dia, **o arguido D**, **E**, os arguidos **O**, **P**, **Q** e **R** entraram na sala 1 do Karaoke “XXX”, exigindo que “libertassem” **o arguido I**, enquanto que as pessoas que se encontravam dentro do quarto criticaram **E** de ter chamado tantas pessoas para ali (utilizando a gíria dos malandros “XXX”). Por isso, as duas partes envolveram-se

numa disputa.

Durante a disputa, o arguido **D** tirou da sua manga a referida lanterna eléctrica, e bateu com esta na cabeça do **arguido C**.

A dita agressão causou **ao arguido C** ferimentos físicos (cfr. o relatório de medicina legal a fls. 649 dos autos, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos jurídicos); fazendo directa e necessariamente com que o arguido **C** ficasse doente, que precisou de 7 dias para se recuperar.

Os arguidos que estavam dentro do quarto (**A, B, C, F** (“F” Ou “F”), o indivíduo de alcunha “**G**” ou “**G**”, **H** (H)) contra-atacaram-nos com os artigos tais como copos de vidro, garrafas de vidro, cinzeiros e recipientes de dados, enquanto que a outra parte – ou seja, **E** (que foi morto posteriormente), os arguidos **D, I, O, P, Q e R** também reagiram com os mesmos artigos e deram-lhes socos e pontapés.

Durante a confusão, **H** (H) atirou uma garrafa de vinho para a cabeça do arguido **D**.

Depois, com a dissuasão do **arguido R, E e os arguidos R, D, I, O, P, Q e E** deixaram o quarto.

Durante a agressão, **os arguidos A, B, C, D, I, O, P, Q, R e o ofendido E** já ficaram todos feridos (vide o relatório de exame a fls. 31 e 86 dos autos para detalhes de ferimento dos arguidos **P e I**, e o respectivo relatório aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos jurídicos).

Minutos mais tarde (ou seja, às 6h34 de madrugada do mesmo dia), **os arguidos A,**

B, C, F (“F” ou “F”), o indivíduo de alcunha “G” ou “G”, e **H** saíram também do quarto, e encontraram novamente, no salão deste Karaok, os arguidos **D, I, O, P, Q** e o ofendido **E**, os quais não queriam sair dali e envolveram-se numa disputa com os acima referidos, dando empurrões uns aos outros.

Às 6h37 de madrugada do mesmo dia, os arguidos **A, B, C, F** (“F” ou “F”) e o indivíduo de alcunha “G” ou “G” deixaram o Karaok.

Cerca das 6h38 da madrugada, **E** e o **arguido D** saíram do Karaok de imediato para perseguirem os **arguidos A, B, C, F** (“F” ou “F”), o indivíduo de alcunha “G” ou “G” e **H** (de alcunha “H”) e para os agredirem.

O arguido B ficou gravemente ferido (cf. o relatório de medicina legal a fls. 451 dos autos, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos jurídicos); a agressão causou-lhe de forma directa e necessária doença de longo período, até pondo em risco a sua vida. Após a recuperação, a sua mão direita ficou com deficiência perpétua.

O arguido A ficou ferido, (cfr. o relatório de medicina legal a fls. 452 dos autos, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos jurídicos); a agressão causou-lhe uma doença de longo período de forma directa e necessária, até pondo em risco a sua vida. Depois da recuperação, é provável que ele ficasse com deficiência perpétua nas funções do seu pulso esquerdo, da sua palma e dos dedos.

Durante a confusão, **F** (de alcunha “F” ou “F”) deixou o referido Karaok, e conduziu um veículo privado, pela direcção oposta, até à porta do Karaok; tendo em vista este veículo privado e estando ferido, o arguido **I** subiu nele de imediato, pensando ir nele ao hospital imediatamente.

Neste momento, tendo em vista o carro privado conduzido por **F**, os arguidos **A** e **B** correram para o veículo de imediato.

O arguido **A** subiu no veículo, e **F**, conduzindo o seu veículo, deu uma volta ao edifício Centro Comercial XXX.

Em frente do referido Karaok, tendo em vista que o **arguido A** estava a vir nesta direcção com uma faca na mão, **E**, **os arguidos D, O, P e Q** fugiram em direcções diferentes – os arguidos **D e Q** fugiram em direcção ao Centro Cultural de Macau, enquanto que **E** fugiu em direcção à Alameda Dr. Carlos D’Assumpção.

O arguido **A** perseguiu **E**, e o arguido **C** correu atrás deles.

Na praça em frente do Centro Comercial XXX, sito no n.º XXX da XXX, o arguido **A** apanhou **E**, e picou com a faca para frente e atrás do corpo de **E**.

Tendo o ofendido **E** caído no chão, deitado sangue e não podendo mexer-se, o arguido **C** ainda se aproximou dele e deu-lhe dois pontapés na sua cabeça e no seu corpo.

A referida agressão fez com que **E** ficasse gravemente ferido, e morresse mais tarde no Centro Hospitalar Conde de S. Januário, às 9h10 de manhã do dia 16 de Abril de 2005 (cfr. o relatório de autópsia a fls. 445-450 dos autos).

Nesta altura, **F** (“F” ou “F”) conduziu o dito veículo até ao edifício Centro Comercial XXX, sito no n.º XXX da XXX, e viu ali o **arguido A**. De imediato, **F** (“F” ou “F”) parou o seu veículo para deixar o **arguido A** entrar.

Conduzindo o seu veículo, **F** entrou outra vez na Rua XXX pela direcção oposta, com o objectivo de perseguir o **arguido D** e tais pessoais que estavam a fugir (vide a mapa

desenhada à mão a fls. 218 e 223 dos autos).

Ao chegar ao “Bar Karaok XXX” do Edf. XXX sito na Zona XXX, **F** viu os arguidos **D** e **S**. Por isso, parou o seu veículo.

Os arguidos A, B, e F (“F” ou “F”) tiraram respectivamente do veículo três facas, cada um com 7-8cm de comprimento no seu cume, e correram em direcção ao **arguido D**.

Ao apanhar o **arguido D**, **F** (“F” ou “F”) picou com a referida faca ao abdómen dele.

Quando o arguido **D** tentou trepar uma rede de arame que se encontra no local para fugir, os arguidos **A, B e F** picaram outra vez nas costas do arguido **D** com as facas, puxando-o para baixo da rede.

Tendo o **arguido D** caído no chão, os **arguidos A, B e F** deixaram o local do incidente. E antes de deixar ali, **F** disse ainda: “ainda não morreste?!”.

Os arguidos A, B e F agrediram o arguido **D** com facas, fazendo com que ele ficasse ferido (cfr. o relatório de medicina legal a fls. 651 dos autos, que aqui se dá por reproduzido para os devidos efeitos jurídicos); constituindo assim uma ofensa grave à integridade física ao arguido **D** directa e necessariamente, que põe em perigo ainda a vida do mesmo.

Os arguidos **A, B, C, D, I, O, P, Q e R** agiram livre e voluntária e dolosamente.

Os arguidos **A, B, C, D, I, O, P, Q e R** bem sabiam que não podiam praticar a conduta de agressão mútua com a conjugação de esforços e distribuição de tarefas, mas assim procederam e fizeram com que o terceiro ficasse ferido.

Os arguidos **A, B, C, D, I, O, P, Q e R** bem sabiam das características e qualidades dos referidos artigos utilizados (copos de vidro, garrafas de vidro, cinzeiros e recipientes de dados, etc.), e que a detenção e a utilização de tais instrumentos como armas agressivas em situação acima mencionada eram proibidas por lei.

Com a intenção de ofender a integridade física de **E**, o arguido **A** agrediu-o com uma faca de propósito, fazendo com que ele ficasse gravemente ferido e morresse finalmente.

Com a intenção de ofender a integridade física de **E**, o arguido **C** deu pontapé à cabeça (uma parte importante do corpo) dele, quando a vida de **E** já estava em situações de perigo, fazendo com que o mesmo morresse finalmente por se terem agravado os seus ferimentos.

Com a intenção de ofender gravemente a integridade física do arguido **D**, os arguidos **A e B** agrediram-no com facas, pondo em risco a vida do arguido Che Wa.

Os arguidos **A e B** bem sabiam as qualidades e as características das referidas facas, e que a detenção e a utilização de tais instrumentos com o objectivo de agressão eram proibidas por lei.

O arguido **D** bateu, com a lanterna eléctrica, na cabeça do arguido **C**, com a intenção de ofender a integridade física desse último, fazendo com que ele ficasse simplesmente ferido.

O arguido **D** sabia perfeitamente das características e das qualidades da referida lanterna eléctrica, e que a detenção e a utilização desse instrumento em dita situação para agredir o arguido **C** eram proibidas por lei.

Os arguidos **A, B, C, D, I, O, P, Q e R** bem sabiam que as suas condutas eram proibidas e punidas por lei.

O arguido **A** era *bate-fichas* de casino antes de ser preso, auferindo MOP \$6,000-7,000 mensais.

É solteiro, e tem um irmão mais novo a seu cargo.

Confessou parte dos factos acusados, e não é delinquente primário.

O arguido **B** é *bate-fichas* de casino, mas desconhece-se o seu rendimento.

É solteiro, tendo a sua mãe e um irmão mais novo a seu cargo.

Confessou parte dos factos acusados, e não é delinquente primário.

O arguido **C**, solteiro, desempregado, e não tem ninguém a seu cargo.

Confessou parte dos factos acusados, e não é delinquente primário.

O arguido **D** é casado, desempregado, e tem uma filha a seu cargo.

Confessou parte dos factos acusados, e é delinquente primário.

O arguido **I** é solteiro, desempregado, e não tem ninguém a seu cargo.

Negou os respectivos factos acusados, e é delinquente primário.

O arguido **O** é solteiro, desempregado, e tem os seus pais a seu cargo.

Negou os respectivos factos acusados, e é delinquente primário.

O arguido **P** é solteiro, desempregado, e não tem ninguém a seu cargo.

Negou os respectivos factos acusados, e é delinquente primário.

O arguido **Q** é casado, desempregado, e tem uma filha a seu cargo.

Negou os respectivos factos acusados, e é delinquente primário.

O arguido **R** é electricista, auferindo MOP \$10,000 mensais.

Tem a sua mulher e um filho a seu cargo.

Negou os respectivos factos acusados, e não é delinquente primário.

Não ficaram provados os seguintes factos: os restantes factos da acusação, nomeadamente:

E (que foi morto posteriormente), os arguidos **D, I, O, P, Q e R** acabaram de sair do clube nocturno XXX do Casino XXX, pretendendo dirigir-se ao Restaurante tailandês XXX, sito em XXX, para tomar ceia.

Nesta altura, **o arguido I** atendeu uma chamada de **H (H)**, aceitando o seu convite para dirigir-se à Sala 1 do Karaok XXX, a fim de ter uma conversa com **o arguido C**, com quem não se dava bem.

Por isso, **o arguido I** planeou levar um amigo deles que estava bêbado à casa junto com **E** primeiro, e depois, ir com ele à sala 1 do Karaok XXX.

Para esperar **o arguido I e E**, **o arguido R** foi chamar prostituta, enquanto que **os**

arguidos D, O, P e Q foram ao Casino Lisboa divertirem-se.

Na altura, o arguido **R** já tinha encontrado com os arguidos **D, O, P e Q**, e estava a transportá-los no seu veículo (vide o auto de apreensão a fls. 272 dos autos) ao Casino Sands para se divertirem; a meio caminho, ele atendeu a chamada de **E**, e por isso, ele mudou a direcção de condução e dirigiu-se ao Karaok XXX.

Por volta das 6h20 de madrugada do mesmo dia, **os arguidos R, D, O, P e Q** chegaram ao local acima mencionado, e encontraram ali **E**.

Na porta do referido Karaok, **E** levou na sua mão uma garrafa de vinho, e o arguido **D** levou na sua mão a referida lanterna de cor preta, agredindo os arguidos **A e B** nas suas cabeças, mãos, e nos outros lugares dos seus corpos.

O arguido D agrediu **os arguidos A e B**, fazendo com que eles ficasse feridos.

Ao mesmo tempo, **o arguido C, F** (“F” ou “F”), o indivíduo de alcunha “**G**” ou “**G**”, e **H** (“H”) também envolveram-se numa agressão mútua com os arguidos **I, O, P e Q**.

O arguido **D** agrediu os arguidos **A e B** com dolo utilizando a referida lanterna eléctrica, com a intenção de ofender a integridade física dos mesmos, pondo em risco a vida dos arguidos **A e B**, fazendo com que eles ficassem feridos por longo período.

(...)

De acordo com os factos provados, os arguidos **A, B, C, D, I, O, P, Q e R** bem sabiam das características e qualidades dos referidos artigos utilizados (copos de vidro, garrafas de vidro, cinzeiros e recipientes de dados, etc.), mas continuaram a possuir e utilizá-los como armas agressivas em situação acima referida, cometendo assim um crime de

detenção e utilização indevida de arma branca ou outro instrumento.

O arguido A picou o ofendido **E** com uma faca afiada de propósito, ofendendo assim a integridade física desse último, quem morreu posteriormente por ter ficado gravemente ferido. Sendo assim, **A** cometeu com as suas condutas um crime de ofensa grave à integridade física, agravação pelo seu resultado.

Os arguidos A e B ofenderam a integridade física do **arguido D** em conjugação de esforços, e picaram-lhe com facas afiadas, pondo em risco a vida desse último (cfr. a fls. 651 dos autos), cometendo assim, um crime de ofensa grave à integridade física.

Os arguidos A e B bem sabiam as qualidades e as características das referidas facas, mas continuaram a possuir e utilizá-las como armas de agressão contra o **arguido D** e o ofendido **E**, cometendo assim um crime de detenção e utilização indevida de arma branca ou outro instrumento.

O arguido C ofendeu a integridade física de **E**, e deu pontapé à cabeça (uma parte importante do corpo) desse último, embora tivesse visto ele ser picado pelo arguido **A**, e bem soubesse que a vida dele já estava em situações de perigo, fazendo com que o mesmo morresse finalmente por se terem agravado os seus ferimentos, cometendo assim um crime de ofensa simples à integridade física, agravação pelo seu resultado.

O arguido D bateu, com a lanterna eléctrica, na cabeça do arguido **C**, com a intenção de ofender a integridade física desse último, fazendo com que ele ficasse ferido, cometendo assim um crime de ofensa simples à integridade física.

O arguido D sabia perfeitamente das características e das qualidades da referida lanterna eléctrica, mas continuou a possuir e utilizá-la para agredir o arguido **C**, cometendo

assim um crime de detenção e utilização indevida de arma branca ou outro instrumento.

(...)

Quanto ao **arguido A**, este cometeu vários crimes, causando um prejuízo insanável (perda da vida) ao ofendido. Embora não se conheça o motivo real das suas condutas, estas já causaram consequências muito graves. O arguido agrediu o ofendido **E** no seu ponto vital com uma arma agressiva, bem sabendo que tal conduta poderia muito provavelmente causar a morte do mesmo. Tendo em conta a gravidade das suas condutas, considera o tribunal colectivo que o arguido até poderia ser acusado de ter cometido um crime de homicídio. No entanto, uma vez que o MP não assim deduziu a acusação, o tribunal colectivo também não vai imputar tal crime ao arguido. Portanto, o tribunal colectivo considera que o arguido deve ser julgado de ter cometido um crime de ofensa grave a integridade física, e agravação pelo resultado. Além disso, o **arguido A** agrediu ainda o **arguido D** com arma agressiva, fazendo com que esse último ficasse com muitos lugares de ferimento no seu corpo, e que fosse posto em risco a sua vida (fls. 651 dos autos). Por outro lado, o arguido não é delinquente primário, e, chegou a cometer crimes e ser condenado na pena de prisão efectiva. Mal tinha saído da prisão, cometeu logo o presente crime. Por isso, tendo em conta os elementos acima mencionados, considera o tribunal colectivo ser mais adequado condenar o arguido, pela prática, em co-autoria material, de dois crimes de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos, na pena de prisão de seis meses e de um ano e três meses respectivamente; pela prática em co- autoria material de um crime de ofensa grave à integridade física na pena de prisão de seis anos; e pela prática em autoria material de um crime de ofensa grave à integridade física e agravação pelo resultado, na pena de prisão de catorze anos. Em cúmulo, é adequado condenar o arguido na pena de prisão de 18 anos e 6 meses.

Em relação ao arguido **B**, embora não se conheça o motivo real das suas condutas, estas já causaram consequências muito graves. Tendo utilizado arma branca para o efeito, o **arguido B** causou ao **arguido D** ferimentos em muitos lugares do seu corpo, até pondo em causa a sua vida (fls. 651 dos autos). O 2.º arguido não é delinquente primário, e chegou a ser condenado na pena de prisão efectiva por ter cometido crimes. Portanto, tendo em consideração os elementos acima mencionados, considera o tribunal colectivo ser mais adequado condenar o 2.º arguido, pela prática em co-autoria material de dois crimes de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos na pena de prisão de seis meses e de um ano e três meses respectivamente; e pela prática em co-autoria material de um crime de ofensa grave à integridade física na pena de prisão de seis anos. Em cúmulo, é mais adequado condenar o 2.º arguido na pena de prisão de 7 anos.

No que respeita ao arguido **C**, este deu pontapé à cabeça (uma parte muito importante de corpo) do ofendido, com o pleno conhecimento de que a vida do ofendido já estava em perigo, fazendo com que esse último morresse finalmente por se ter agravado os seus ferimentos, sendo as consequências causadas muito graves. Por outro lado, o 3.º arguido não é delinquente primário, e já chegou a ser condenado na pena de prisão efectiva. Portanto, tendo em consideração os elementos acima mencionados, considera o tribunal colectivo ser mais adequado condenar o 3.º arguido, pela prática em co-autoria material de um crime de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos na pena de prisão de seis meses; e pela prática em autoria material de um crime de ofensa simples à integridade física e agravação pelo resultado na pena de prisão de dois anos. Em cúmulo, é adequado condenar o 3.º arguido na pena de prisão de 2 anos e 3 meses.

Relativamente ao arguido **D**, embora sendo delinquente primário, as consequências por ele causadas são muito graves. Para além disso, de acordo com os factos provados, o 4.º arguido reuniu junto com ele uma banda de pessoas para participar nesta agressão, dando origem ao incidente desta vez, o que relevou um alto grau de intencionalidade. Portanto, tendo em consideração os elementos acima mencionados, considera o tribunal colectivo ser mais adequado condenar o 4.º arguido, pela prática em co-autoria material de um crime de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos na pena de prisão de seis meses; pela prática em autoria material de um crime de ofensa simples à integridade física na pena de prisão de um ano e três meses; e pela prática em autoria material de um crime de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos na pena de prisão de nove meses. Em cúmulo, é adequado condenar o 4.º arguido na pena de prisão de 1 ano e 9 meses.

De acordo com o art.º 48.º do Código Penal de Macau, atendendo à personalidade dos arguidos **C** e **D**, às condições das suas vidas, às suas condutas anteriores e posteriores ao crime e às circunstâncias deste, especialmente, às consequências causadas pelos crimes e a terceiro, entende o tribunal colectivo que a simples censura do facto e a ameaça da prisão não realizam de forma adequada e suficiente as finalidades de punição, e portanto, não se deve suspender a execução da pena de prisão.

Quanto aos arguidos **I**, **O**, **P**, **Q** e **R**, entende o tribunal colectivo ser mais adequado condená-los cada um numa pena de prisão de seis meses, pela prática em co-autoria material de um crime de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos.

Ainda nos termos do art.º 48 do CP de Macau, atendendo à personalidade dos arguidos **I**, **O**, **P**, **Q** e **R**, às condições das suas vidas, e às suas condutas anteriores e posteriores

ao crime, temos que, os arguidos 5.º - 8.º são delinquentes primários, só que o 9.º não é. Assim sendo, decide o tribunal colectivo suspender a execução de pena de prisão aplicada a estes arguidos por dois anos, uma vez que a simples censura do facto e a ameaça da prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades de punição.

Tudo ponderado.

6. Face ao exposto, julgam os juizes que compõem o tribunal colectivo a acusação procedente, e acordam em:

a) Absolver os arguidos **A, B, C, D, I, O, P, Q e R** do crime de participação em rixa, previsto e punido pelo artigo 145.º, n.º 1 do CP de Macau;

b) Absolver o arguido **D** dos dois crimes de ofensa grave à integridade física previstos e punidos pelo artigo 138.º, alínea d) do CP de Macau;

c) Condenar o arguido **A** pela prática, em co-autoria material e na forma consumada de dois crimes de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos, previstos e punidos pelo artigo 262.º, n.º 3 do CP de Macau, na pena de prisão de seis meses e de um ano e três meses respectivamente; de um crime de ofensa grave à integridade física previsto e punido pelo artigo 138.º, alínea d) do CP na pena de prisão de seis anos; e pela prática em autoria material e na forma consumada de um crime de ofensa grave à integridade física e agravação pelo resultado, previsto e punido pelo artigo 138.º, alínea d), em conjugação com o artigo 139.º, n.º 1, alínea b) do CP de Macau, na pena de prisão de catorze anos;

d) Em cúmulo, condenar o arguido na pena de prisão efectiva de dezoito anos e seis

meses;

e) Condenar o arguido **B**, pela prática em co-autoria material e na forma consumada de dois crimes de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos previstos e punidos pelo artigo 262.º, n.º 3 do CP de Macau, na pena de prisão de seis meses e de um ano e três meses respectivamente; e de um crime de ofensa grave à integridade física previsto e punido pelo artigo 138.º, alínea d) do CP de Macau, na pena de prisão de seis anos;

f) Em cúmulo, condenar o arguido na pena de prisão efectiva de sete anos;

g) Condenar o arguido **C**, pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um crime de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos previsto e punido pelo artigo 262.º, n.º 3 do CP de Macau, na pena de prisão de seis meses; e pela prática em autoria material e na forma consumada de um crime de ofensa simples à integridade física e agravação pelo resultado previsto e punido pelo art.º 137.º, n.º 1 e pelo artigo 139.º, n.º 2 do CP de Macau, na pena de prisão de dois anos;

h) Em cúmulo, condenar o arguido na pena de prisão efectiva de 2 anos e 3 meses;

i) Condenar o arguido **D**, pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um crime de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos previsto e punido pelo artigo 262.º, n.º 3 do CP de Macau na pena de prisão de seis meses; pela prática em autoria material e na forma consumada de um crime de ofensa simples à integridade física previsto e punido pelo artigo 137.º, n.º 1 do CP DE Macau, na pena de prisão de um ano e três meses; e de um crime de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos previsto e punido pelo artigo 262.º, n.º 3 do CP de Macau, na pena de prisão de nove meses;

j) Em cúmulo, condenar o arguido na pena de prisão efectiva de 1 ano e 9 meses;

k) Condenar os arguidos **I, O, P, Q e R**, pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um crime de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos previsto e punido pelo artigo 262.º, n.º 3 do CP de Macau, cada um na pena de prisão de seis meses, e suspensão na sua execução por dois anos.

Custas a cargo de nove arguidos cada um com a taxa de justiça em 8 UC e a cargo do 6.º arguido emolumentos ao defensor em mil patacas.

Condenar o 1.º arguido a pagar mil patacas, os arguidos 2.º - 4.º a pagar novecentos patacas e os arguidos 5.º - 9.º a pagar seiscentos patacas ao abrigo do artigo ao abrigo do artigo 24.º da Lei 6/98/M de 17/8.

Declarar perdido a favor da RAEM o vídeo constante dos autos.

Declarar perdidos a favor da RAEM os apreendidos sem valor e as armas usadas na presente causa.

Transitada em julgado a presente decisão, devolver os documentos constantes de fls. 1009 dos autos aos respectivos arguidos.

Transitada em julgado a presente decisão, extinguir-se-ão de imediato todas as medidas de coacção aplicadas no presente processo.

Boletim ao registo criminal.

Passe mandado de condução dos arguidos 1.º - 4.º ao EPM.”

III – FUNDAMENTOS

1 - Recurso do arguido D

1.1. Alega o arguido, em síntese:

- Foi condenado pela prática de um crime de ofensas corporais simples p.p.p. art. 137, n.º 1 do CPM, mas como tal crime tem natureza semi-pública e o ofendido não manifestou a vontade de proceder criminalmente contra o arguido, falta uma condição de procedibilidade.

- É nulo o acórdão porque condenou o arguido por factos não descritos na acusação.

- Ao arguido deve ser-lhe suspensa a execução da pena.

Importa apreciar.

1.2 Em relação ao crime de ofensas corporais simples em que foi condenado o arguido **D**, assiste-lhe razão, porquanto não se vislumbra qualquer manifestação do ofendido desse crime no sentido de desejar procedimento criminal contra o arguido, pelo que carece o MP de legitimidade para proceder criminalmente por este crime contra ele.

Nos termos do n.º 2 do art. 137º do C.P., o procedimento criminal pelo crime de ofensa simples à integridade física depende de queixa.

Este crime por que o recorrente foi condenado foi cometido na pessoa do co-arguido **C**, sendo que nos autos não consta que este arguido tenha apresentado queixa por este crime de que foi vítima.

Nos termos do n.º 1 do art. 115º do C.P., e no caso em apreço, só o ofendido **C** teria legitimidade para apresentar queixa, não podendo o M.P. iniciar o procedimento criminal sem que dos autos constasse aquela declaração de vontade.

Ao exigir-se no crime de ofensa simples à integridade física o procedimento criminal dependente de queixa por parte do ofendido, está-se perante uma condição de procedibilidade, pois sem que ela se verificar o M.P. carece de legitimidade para o exercício da acção penal.

Nos termos do n.º 1 do art. 107º, do C.P., já se encontrando extinto o direito de queixa por parte deste ofendido, não poderia, nem pode, o ora recorrente ter sido, ou ser, condenado por este crime de ofensa simples à integridade física, considerando-se extinto nesta parte o procedimento criminal contra ele prosseguido.

1.3. O arguido **D** invoca a nulidade do acórdão, por ter sido condenado por factos não descritos na acusação.

Ora acontece que o Tribunal apenas levou em conta para a determinação da pena e para caracterização da personalidade do arguido um facto, concede-se, que não ficou provado, qual seja o da liderança de

um dos grupos que digladiou. Mas não se deixará de atender à factualidade, tentando acompanhar o raciocínio produzido pelo Colectivo, de o arguido em causa ter correspondido a uma chamada de auxílio e aparecer no local munido da referida lanterna e - mera coincidência? - acompanhado de outros 5 indivíduos.

Em relação às consequências graves, é certo que nem todas elas não resultaram directamente da sua conduta, mas não deixa de ser fácil verificar que foi do conjunto das condutas parcelares que resultou um circunstancialismo que levou a consequências muito graves. Donde não dever ser ignorado esse circunstancialismo.

Em todo o caso tal alegação só seria relevante se esse alegado facto, não constante da acusação, fosse elemento típico de crime por que o arguido viesse a ser condenado, sendo certo que, em termos de pena sempre se pode, nesta sede, adequar a pena à factualidade efectivamente apurada, se algum ajustamento tiver de ser operado.

1.4. No que concerne ao crime do art. 262º, n.º 3 - punido com a pena de 6 meses de prisão - outros arguidos impugnam a condenação pelo crime referido no art. 262º, n.º 3, do C. Penal, impugnação essa de que o arguido não pode deixar de beneficiar - punido com a pena de 6 meses de prisão, pela razão simples de tais objectos (os copos, cinzeiros, as garrafas e recipientes de dados) terem uma destinação concreta e definida. Tais objectos encontravam-se num compartimento do Karaoke

onde se tinham deslocado e não haviam sido transportados pelos recorrentes, estando a ser usados, nesse local, como objectos de consumo e divertimento.

Em relação ao crime de uso de armas p.p.p. art. 262, n.º 3 do CPM, importa ter presente que os arguidos foram condenados em relação a tal tipo de crime em co-autoria, e que numa actuação em comparticipação perde sentido a utilização individualizada e concreta que cada um dos agentes faz dos instrumentos usados na agressão sendo de relevar, na sua essência, a actuação conjunta capaz de produzir um dado resultado.

O referido dispositivo exige, para a respectiva incriminação, a não justificação da posse.

Este requisito tem levantado alguma celeuma e, aparentemente, decisões contraditórias.

Em relação à levantada questão da posse, é certo que ainda recentemente o TSI se pronunciou afirmando que integrava o aludido crime a conduta em que alguém ia buscar uma faca de fruta à gaveta da cozinha e a deslocava para, noutras circunstâncias, ser espetada no corpo de um dos contendores.¹

Tem-se por adequado estabelecer um equilíbrio entre o que seja a justificação da posse e não justificação da posse de um objecto que sirva

¹ - Ac- TSI 29/2006 de 9 de Março

para cometer uma agressão, sob pena de se ter de entender que toda a agressão cometida com qualquer objecto integra o aludido crime, sendo certo que todo o objecto, em princípio, está afecto a uma dada finalidade que deixa de ter quando utilizado numa agressão.

A pedra de toque para dilucidação desta questão passará pela análise do circunstancialismo em concreto, nomeadamente da certeza de que o agente previamente afectou o objecto em causa a uma arma de agressão.

E o presente caso é bem sintomático de duas situações diferentes; o caso dos copos e garrafas e o caso da lanterna da lanterna de que o arguido Che Wa se munuiu e escondeu na manga do casaco.

Os outros objectos utilizados nas agressões, não sendo propriedade dos arguidos, estavam legitimamente na sua posse para serem utilizados pelos arguidos enquanto permanecessem no estabelecimento de diversão em que se encontravam. Ora, no caso “sub judice”, tal posse não pode deixar de ter-se como justificada.² Em particular enquanto estavam a ser utilizados dentro da sua função específica por alguns dos contendores. Porventura, em relação alguns deles, em particular, aos retorsores, terão perdido aquela sua qualidade; só que não há elementos de facto que permitam com segurança estabelecer uma diferença.

Importaria até, relevantemente, saber se as garrafas por exemplo

² - neste sentido decidiu, já este Tribunal, cfr. ac. de 19-5-2005, proc. n.º 89/2005

foram partidas e usadas como um instrumento contundente e altamente cortante, situação em que seguramente terão perdido a sua natureza utilitária normal.

O mesmo não aconteceu com a referida lanterna, como se disse, que foi, comprovadamente, detida e transportada para fins de agressão.

Pelo que se afasta o cometimento deste crime em relação aos copos, garrafas e similares.

1.5. Perante isto, subsistindo, apenas, o crime do art. 262º, n.º 3 - punido com 9 meses de prisão - coloca-se, agora a questão das penas concretas e da pretendida suspensão da execução da pena.

Face ao circunstancialismo apurado, à culpa do agente e exigências de prevenção criminal a pena não merece censura, devendo o arguido ser condenado, em cúmulo numa pena de 9 meses pelo crime de detenção e uso de arma branca ou outros instrumentos p. e p. pelo artigo 262º, n.º 3 do CP.

1.6. E, perante o circunstancialismo em concreto, afigura-se-nos não poder concluir-se que a simples censura do facto e a ameaça da prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.

O que vale dizer que não se tem por verificado o pressuposto

material exigido pelo art. 48º, n.º 1, do C. Penal, e não obstante a primariedade do recorrente, pensa-se que fortes razões de prevenção geral e especial obstam à aplicação da suspensão da execução da pena.

2. Recurso do arguido C

2.1. Alega que:

- existe o vício da insuficiência da matéria de facto dada como provada, relativamente ao crime de ofensas corporais de que resultou a morte e erro de direito no enquadramento jurídico de tais factos, quer em relação ao crime de detenção de armas.

- não ter praticado o crime de detenção e utilização de armas p.p.p. art. 262, n.º 3 do CPM, porque os factos provados não tipificam tal tipo legal e, mesmo que se verificasse a prática de tal crime, o arguido agiu "para responder a um ataque de que foi vítima", invocando expressamente ter agido em legítima defesa.

- Os factos que lhe são imputados e tipificados com crime de ofensas corporais agravadas pelo resultado apenas enquadram o tipo legal de crime de ofensas corporais simples, devendo o arguido dele ser absolvido por falta de queixa, dada a natureza semi-pública de tal tipo legal de crime.

Vejamos se lhe assiste razão.

2.2. Em relação ao crime de uso de armas p.p.p. art. 262, n.º 3 do CPM, importa valem aqui as razões aduzidas para a prática deste tipo de crime, tanto mais que os diversos arguidos foram condenados em relação a tal tipo de crime em co-autoria, e que numa actuação em comparticipação perde sentido a utilização individualizada e concreta que cada um dos agentes faz dos instrumentos usados na agressão sendo de relevar, na sua essência, a actuação conjunta capaz de produzir um dado resultado.

Será, pois, absolvido deste crime.

2.3. No que concerne a legítima defesa, muito singelamente se dirá que não se verificam, de todo, os respectivos pressupostos integrantes dessa ou de outra causa de exclusão da ilicitude.

Os arguidos de um e outro grupo não se limitaram a suster a agressão , mas uns e outros agrediram manifestamente o adversário Com se interroga o Digno Magistrado do MP, então não se mostra apodíctico que arremessar copos, garrafas, cinzeiros e outros objectos que se encontraram à mão não é meio necessário para repelir a agressão actual e ilícita ou para afastar um perigo actual e ameaça iminente, sendo que essa agressão era praticada também usando as mesmas armas? Não se vivendo

no “far west”, não seria mais apropriado, sensato e civilizado fugir dali e chamar a autoridade?

2.4. O arguido C alega a insuficiência para a decisão da matéria de facto provada.

Pretende, no fundo, que o seu comportamento apenas integre a prática de um crime de ofensas corporais simples, p.p.p. art. 137, n.º 1 do CPM, não havendo matéria suficiente para o condenar pelo crime do artigo 139º, n.º 2 do CP.

Mas não se leva em conta a gravidade intrínseca dos factos provados, as circunstâncias em que decorreu a agressão que ocorreu após perseguição e quando o ofendido se encontrava indefeso, tombado no chão a esvair-se em sangue.

Reconhece-se que o lapso em que incorre - ao referir a sua condenação pelo crime preterintencional do art. 139. n.º 1, al. a) do C. Penal; é que o arguido foi condenado não pelo art. 139, n.º 1, mas sim pelo art. 139, n.º 2 do CPM.

O arguido foi acusado de com o seu comportamento, ao agredir o ofendido prostrado no chão, a esvair-se em sangue, em consequência de 11 facadas que acabara de receber, com dois pontapés na cabeça (*e não um como o arguido repetidamente refere*), cuja violência está bem demonstrada nas fotografias constantes dos autos, ter provocado perigo

para a vida do ofendido.

Tenha-se presente a factualidade directamente pertinente com este crime:

“O arguido A perseguiu E, enquanto o arguido C correu atrás deles.

Na praça em frente do Centro Comercial XXX, sito no n.º XXX da XXX, o arguido A apanhou E, e picou com uma faca para frente e atrás do corpo de E.

Vendo que E caiu no chão, deitou sangue e não podia mexer-se, o arguido C ainda se aproximou dele e deu-lhe dois pontapés na sua cabeça e no seu corpo.

A referida agressão fez com que E ficasse gravemente ferido, que morreu mais tarde no Centro Hospitalar Conde de S. Januário, às 9h 10 de manhã do dia 16 de Abril de 2005.

(...)

*Com a intenção de ofender a integridade física de E, o arguido C deu pontapé à cabeça (uma parte importante do corpo) desse último, quando a vida de E já estava em perigo, fazendo com que o ferimento de E se agravasse e finalmente ficasse morto.
(...)”*

Mas em bom rigor técnico - e um dos pilares do Direito e da Justiça é a certeza e a segurança - não se pode deixar de dar razão a uma parte da douda alegação do recorrente, basicamente, ao defender que um dos elementos do tipo do crime por que foi condenado pressupõe a verificação dos requisitos enumerados nas diferentes alíneas do artigo

138º do CP.

E assim o que mais proximamente se podia verificar seria o da alínea d) - *provocar-lhe perigo para a vida* - , quando resulta dos autos que a vida nesse momento já estava irremediavelmente destinada em face das facadas infligidas pelo A.

Mas, em todo o caso, a perversidade da conduta não pode passar sem reparo. A zona procurada, e atingida, pelo arguido - a cabeça a violência usada, as circunstâncias em que tal agressão ocorreu, não podem deixar dúvidas sobre a crueldade, frieza de ânimo, exibição de uma violência gratuita, tendo ele consciência do estado em que a vítima se encontrava, já gravemente ferido, como o arguido tivera oportunidade de constatar por ter presenciado as diversas facadas que lhe foram infligidas por outro arguido. O comportamento do arguido não deixa de ser revelador do seu carácter, ao não se coibir de agredir um indefeso, "quando este se encontrava já moribundo".

Nesta conformidade, entende-se ser de proceder à necessária convoção para o crime de ofensa qualificada à integridade física, crime este já não dependente de queixa e p. e p. nos termos do artigo 140º, n.º 1 do CP com a moldura abstracta de uma pena de 40 dias a 4 anos de prisão ou com multa de 13 a 360 dias de prisão.

Face ao circunstancialismo apurado, à culpa do agente e exigências de prevenção criminal, deve o arguido por ele ser condenado, numa pena de um 1 (ano) e 9 (nove) meses de prisão.

2.5. Nesta conformidade e supra integração típica tem-se por adequado absolver o arguido pela prática de um crime de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos previsto e punido pelo artigo 262.º, n.º 3 do CP de Macau; e condená-lo pela prática em autoria material e na forma consumada de um crime de ofensa qualificada à integridade física previsto e punido pelo art.º 140.º, n.º 1 do CP de Macau, na pena de um 1 (ano) e 9 (nove) meses de prisão.

No caso, afigura-se-nos não poder concluir-se que a simples censura do facto e a ameaça da prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.

O que vale dizer que não se tem por verificado o pressuposto material exigido pelo art. 48º, n.º 1, do C. Penal, e não obstante a primariedade do recorrente, pensa-se que fortes razões de prevenção geral e especial obstam à aplicação da suspensão da execução da pena.

3. Recurso do arguido A

3.1. No que respeita ao crime de detenção de arma proibida em que foi condenado na pena de 6 meses de prisão, pelo artigo 263º, n.º 3 do CP, valem aqui as razões acima aduzidas, pelo que dele deve o arguido ser absolvido.

Desde já se anota o facto de parte da fundamentação deste acórdão ser igualmente válida para o arguido recorrente **B**, pois que invocou a mesma ordem de argumentos relativamente ao crime do artigo 138º, d) e 263º do CP.

3.2. Contesta o arguido a condenação pela prática do crime p. e p. pelo art.138º, al. d) do CPM.

Mas vem provado que conjuntamente com o **B** agrediu o ofendido **D**, com facas, que ambos empunhavam atingindo-o por várias vezes no abdómen e nas costas e causando-lhe as lesões que estão descritas no auto de exame médico.

A perícia médico-legal não deixa margem para dúvidas, ao consignar que "as feridas causam risco de vida, provocando grande prejuízo à integridade física dá pessoa que (se) submete à perícia".

Tendo em conta a região atingida, as concretas lesões e as armas utilizadas, estamos indubitavelmente perante uma situação de perigo para a vida do ofendido.

Contesta, também, em relação a este crime a pena aplicada – 6 anos de prisão - considerando-a excessiva a defendendo como adequada e justa a pena de 2 anos de prisão.

Os arguidos pretendem, antes, que a pena seja fixada no limite

mínimo “atendendo às circunstâncias que rodearam toda a sucessão de factos”.

Muito embora se entenda que num juízo de adequação da pena à culpa se deverá partir do mínimo da pena contida na respectiva moldura abstracta da pena aplicável, neste caso as circunstâncias que rodearam toda a sucessão de factos e a conduta do arguido em que se traduz a sua culpabilidade são altamente censuráveis e potenciadora de uma violência perigosa, quer em termos concretos, quer em termos abstractos, causando um grande impacto e preocupação na sociedade. Como se pode tolerar que numa zona nevrálgica da cidade, em ruas por onde passam e se passeiam pacatos cidadãos, numa sociedade que se quer atractiva, pacífica e centro de bem-estar, grupos rivais, aparentando autênticos gangsters, aí se digladiem?

Não deixou o Tribunal de levar em consideração, como se impunha, tais como a extrema violência de que se revestiram os factos, as nefastas consequências, bem como a frequência com que tais actos de violência gratuita e irracional se vêm repetindo em Macau.

Assim, em face do disposto nos artigos 40º e 65º do CP, vista a culpa do agente e as exigências da prevenção criminal tem-se por adequada a pena encontrada.

3.3. O recorrente pretende, também, a redução e substituição por

multa da pena imposta pelo outro ilícito previsto no mesmo normativo, traduzido na detenção de três facas conjuntamente com o **B**.

As circunstâncias que vêm apuradas para a detenção das aludidas facas, vistos os mesmos critérios relativos à culpa e às exigências da prevenção criminal levam a não censurar a pena encontrada, pelo que a pretensão do arguido de ver reduzida a 6 meses de prisão, e substituída por multa a pena pela prática do crime de uso de armas brancas não merece acolhimento.

Pelas razões acima expostas improcede nesta parte o seu recurso.

3.4. Alega ainda o arguido **A** não se verificar o preenchimento do tipo e ser excessiva a pena de 14 anos que lhe foi aplicada pela prática do crime p.p.p. art. 139, n.º 1 al. b) do CPM.

Na sua perspectiva, de facto, "necessário seria fazer a imputação desse resultado à acção e intenção do agente, o que parece não ter sido feito".

Não lhe assiste razão na parte relativa à integração típica, Já não assim quanto à medida da pena.

Quando à *acção*, resulta inequivocamente do relatório da autópsia de fls. 445 a 450 - traduzida a fls. 1623 e segs. - o nexos de causalidade entre a agressão perpetrada pelo mesmo e a morte da vítima, factualidade,

aliás, consignada na letra do acórdão.

Relativamente à "intenção", há que sublinhar que o resultado não foi imputado a título do dolo . Se o arguido tivesse agredido o ofendido, querendo matá-lo, estaríamos perante um crime de homicídio.

O presente crime é diferente. Quer-se ofender e dessa ofensa vem a resultar a morte. É um caso de um crime preterintencional.

A *ratio* do crime preterintencional e do agravamento da pena que o mesmo implica radica, como é sabido, no "*perigo normal, típico, quase se poderia dizer necessário, que, para certos bens jurídicos, está ligado à prática de certos crimes*" ³

Quem comete determinados factos, na realidade, deve saber que pratica acções especialmente perigosas e tem pois um particular dever de representar que, de tais condutas, pode resultar um evento mais grave e, nomeadamente, a morte de alguém.

No caso presente, o A agrediu a vítima, com uma faca, de forma reiterada e em zonas corporais vitais.

De acordo com o mencionado relatório, com efeito, foram encontradas no corpo do falecido 11 feridas incisas, 4 das das quais "mortíferas".

³ - Eduardo Correia, *Direito Criminal*, I, 442 e 443

A capacidade do recorrente para prever o nefasto desfecho, não pode deixar de afirmar-se, tendo em conta o homem médio e, sempre, lançando mão das chamadas presunções naturais, ligadas a princípios de normalidade ou a regras gerais da experiência, donde a imputação objective e subjectiva à conduta do agente não se deixa de observar.

Como decidiu o Venerando Tribunal de Última Instância, “é ilícito ao Tribunal de Segunda Instância, depois de fixada a matéria de facto, fazer a sua interpretação e esclarecimento, bem como extrair as ilações ou conclusões que operem o desenvolvimento dos factos, desde que não os altere”⁴

O arguido discorda ainda, subsidiariamente, da pena cominada pelo ilícito em apreço.

Fixou-se a pena concreta apenas a 1 ano do limite máximo da pena abstracta, porventura por se ter entendido que a situação mais configuraria uma situação de homicídio, tal como se fez consignar "o Tribunal Colectivo entende que com tal conduta do arguido cometeu o crime de homicídio doloso, no entanto o M.P. não acusou o arguido de ter praticado tal crime, assim sendo o Tribunal não o vai punir por tal crime",

Mas tal motivação não pode constituir razão para corrigir eventual *injustiça* - e injustiça não é apenas condenar por mais; pode também ser

⁴ - Ac. de 31-10-2001, proc. n.º 13/2001

condenar por menos -,por via da penalidade encontrada para este tipo de crime.

O arguido, como refere o douto acórdão, confessou, embora apenas parcialmente, os factos.

O ponto médio da referida pena abstracta fixa-se nos 10 anos.

Foram graves e dramáticas as consequências do crime

Porém a pena abstracta referida, de 5 a 15 anos de prisão está prevista precisamente para crimes que tenham essas consequências graves e dramáticas.

Neste caso, ponderando todo o circunstancialismo apurado, o grau de culpa e as exigências de prevenção criminal, vista a sua situação pessoal de solteiro, bate-fichas, tendo já antecedentes criminais (condenado por um crime de furto), a confissão parcial, entende-se por adequada uma pena de 10 anos de prisão.

Donde, operando o respectivo cúmulo, pelos diferentes crimes, vista a globalidade dos factos e a personalidade do agente, no respeito pelo comando do artigo 71º, n.º 1 do CP se tem por adequada uma pena de 13 (treze) anos e 6 (seis) meses de prisão.

4. Recurso do arguido B

4.1. No que respeita ao crime de detenção de arma proibida em que foi condenado na pena de 6 meses de prisão, pelo artigo 263º, n.º 3 do CP, valem aqui as razões acima aduzidas, pelo que dele deve o arguido ser absolvido.

4.2. Contesta ele a condenação e a pena encontrada pela prática do crime de p.p.p. Art.138, al. d) do CPM.

Valem aqui as mesmíssimas razões acima aduzidas em relação ao co-arguido A com que praticou o mesmo crime e em similares circunstâncias.

Está provado que o arguido com o A agrediu o ofendido D, com facas, que ambos empunhavam atingindo-o por várias vezes no abdómen e nas costas e causando-lhe as lesões que estão descritas no auto de exame médico.

Improcede, pois, pelas supra apontadas razões o seu recurso, nesta parte.

4.3. E o mesmo se diga em relação à sua pretensão de ver reduzida a 6 meses de prisão, e substituída por multa a pena pela prática do crime de uso de armas brancas.

Pelas razões acima expostas e que aqui se dão integralmente por reproduzidas, tal como se disse em relação ao A, encontrando-se a pena concreta muito próxima do ponto médio da pena abstracta, afigura-se equilibrada a pena de 1 ano e 3 meses aplicada a ambos os arguidos pelo referido crime.

Donde, operando o respectivo cúmulo, vista a globalidade dos factos e a personalidade do agente, no respeito pelo comando do artigo 71º, n.º 1 do CP se tem por adequada uma pena de 6 (seis) anos e 3 (três) meses de prisão.

5. Arguidos não recorrentes.

Nos termos do art. 392º, n.º 2, al. a), do C. P. Penal, aproveitam da posição assumida em relação ao crime do art. 262º, n.º 3 - punido com a pena de 6 meses de prisão - os arguidos por ele condenados e que não recorreram.

Por todo o exposto, resta decidir.

IV – DECISÃO

Pelas apontadas razões, acordam em conceder parcial provimento aos recursos interpostos e assim, em relação ao:

Recurso do arguido D

Absolvê-lo da prática de um crime de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos previsto e punido pelo artigo 262.º, n.º 3 do CP; julgar extinto o procedimento criminal relativo ao crime de ofensa simples à integridade física previsto e punido pelo artigo 137.º, n.º 1 do CP; manter a condenação pela prática de um crime de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos previsto e punido pelo artigo 262.º, n.º 3 do CP de Macau, na pena de prisão de nove meses.

Manter o mais que foi decidido em relação a ele.

Recurso do arguido C

Absolvê-lo da prática de um crime de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos previsto e punido pelo artigo 262.º, n.º 3 do CP; condená-lo, operando a respectiva convolação, pela prática em autoria material e na forma consumada de um crime de ofensa qualificada à integridade física previsto e punido pelo art.º 140.º, n.º 1 do CP de Macau, na pena de um 1 (ano) e 9 (nove) meses de prisão

Manter o mais que foi decidido em relação a ele.

Recurso do arguido A

Absolvê-lo da prática de um crime de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos previsto e punido pelo artigo 262.º, n.º 3 do CP; manter a condenação por um crime de ofensa grave à integridade física previsto e punido pelo artigo 138.º, alínea d) do CP na pena de prisão de seis anos; manter a condenação por um crime de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos previstos e punidos pelo artigo 262.º, n.º 3 do CP de Macau, na pena de prisão de um ano e três meses; condená-lo pela prática em autoria material e na forma consumada de um crime de ofensa grave à integridade física e agravação pelo resultado, previsto e punido pelo artigo 138.º, alínea d), em conjugação com o artigo 139.º, n.º 1, alínea b) do CP de Macau, na pena de prisão de 10 (dez) anos;

Em cúmulo, pelos diferentes crimes, vai condenado numa pena de 13 (treze) anos e 6 (seis) meses de prisão.

Manter o mais que foi decidido em relação a ele.

Recurso do arguido B

Absolvê-lo da prática de um crime de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos previsto e punido pelo artigo 262.º, n.º 3 do CP; manter a condenação por um crime de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos previstos e punidos pelo artigo 262.º, n.º 3 do CP de Macau, na pena de prisão de um ano e três meses; manter a condenação por um crime de ofensa grave à integridade física previsto e punido pelo artigo 138.º, alínea d) do CP de Macau, na pena de

prisão de seis anos;

Em cúmulo, pelos diferentes crimes, vai condenado numa pena de 6 (seis) anos e 3 (três) meses de prisão.

Manter o mais que foi decidido em relação a ele.

Acordam ainda em absolver os arguidos não recorrentes **I, O, P, Q e R** do crime de detenção e uso indevido de arma branca ou outros instrumentos previsto e punido pelo artigo 262.º, n.º 3 do CP de Macau por que foram condenados.

No mais mantém-se o decidido no acórdão recorrido.

Custas dos recursos pelos recorrentes com taxas de justiça de 3UCs para o recorrente **D**, 4 UCs para **C**, 6 Ucs para **A** e 5 Ucs para **B**.

Macau, 21 de Setembro de 2006,

João A. G. Gil de Oliveira

Choi Mou Pan

Lai Kin Hong